



## OS NOVOS HEREGES E AS NOVAS BRUXAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

### ***Eixo Temático EIXO 42 - FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO: ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES CIS, LÉSBICAS E TRANS***

Nike Ártemis ECCARD Manhães <sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Paul Preciado (2020) identifica, no movimento dos "novos hereges" e "indignados", ecos das lutas de bruxas e hereges históricos contra a opressão estrutural. Preciado (2020) também nos convida a pensar em identidades dissidentes como pontos de ruptura na matriz binária de gênero e sexualidade, destacando que esses corpos representam não apenas a sobrevivência, mas também a possibilidade de reconfigurar as bases do capitalismo tecnocientífico. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar que une história, sociologia, teoria queer e a ferramenta analítica da interseccionalidade, busca-se ir além da noção de "igualdade" para considerar a importância das ideias e cultura nas organizações de poder (Collins, 2021). Pretende-se compreender, brevemente, como a patologização, o ódio e a perseguição de pessoas trans, enquanto corpos dissidentes, configuram-se como uma continuidade das práticas históricas de eliminação das/os/es "indesejáveis". A pesquisa procura não apenas denunciar as violências, mas também destacar as potências que desafiam as estruturas de poder e propõem novos modos de vida e organização social. Desnaturalizando o processo de produção do sujeito político dos movimentos sociais, reconhecendo aqueles que se identificam no movimento social da vida, mesmo sem no entanto estarem envolvidas/os/es no cotidiano da militância

---

<sup>1</sup> Mestranda em Política Social - UFF, Graduada em Arquitetura e Urbanismo - IFF, Graduada do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF, n\_eccard@id.uff.br;



(Facchini, 2012). Este artigo, ao revisitar a genealogia das violências contra corpos dissidentes, traça paralelos entre a caça às bruxas e práticas contemporâneas de exclusão e controle. A partir das contribuições teóricas de Federici (2023), Giddens (1992), Preciado (2019), Berenice Bento (2017), Audre Lorde (2019) e outros autores fundamentais, articula-se como gênero, sexualidade, raça e classe se entrelaçam para perpetuação das opressões. Analisam-se dados sobre violência transfóbica no Brasil, investigando papéis do Estado e da sociedade civil tanto na manutenção dessas violências quanto na criação de estratégias de resistência, contemplando a realidade em sua totalidade, dando relevância a análise do racismo, heterossexismo e heteropatriarcado (Santos, 2023).

**Palavras-chave:** Corpos dissidentes, Violência de gênero, Interseccionalidade, Mulheres, Pessoas trans e travestis.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, corpos dissidentes<sup>2</sup> têm sido alvo de perseguições, e violências. Ao mesmo tempo em que se busca aniquilá-los, esses corpos também se definem nos territórios de resistência e transformação social. A caça às bruxas na Europa, um marco narrado por Silvia Federici (2023) em *Calibã e a Bruxa*, revelou-se como um dos eventos mais importantes na formação do capitalismo moderno e na consolidação de suas estruturas patriarcais. Nesse contexto, as mulheres, em suas intersecções, e corpos dissidentes, devido ao poder que detinham sobre a reprodução, o trabalho coletivo e os conhecimentos medicinais, foram reimaginadas/os/es como inimigas/os/es do progresso capitalista e violentamente reprimidas/os/es (Federici, 2023).

---

<sup>2</sup> “Declaramos que há que persistir no re-existir, com produções de vidas múltiplas e diversas! Ali, onde as normatizações normalizadoras só enxergam fragilidades e falhas, revelar que são também potências! De corpos dissidentes a corpos que vivem pelas grafias do coração, diz-sonantes, decoloniais, deslocadores.” (Moreira et al, 2024, p. 8)



Federici (2023) argumenta que a caça às bruxas marcou o início de um longo processo de degradação social que afetou, e ainda afeta, corpos de sujeitas mulheres e corpos dissidentes. A imposição de uma divisão sexual binária e hierárquica, – central ao funcionamento do patriarcado capitalista – não apenas normalizou a violência, mas também naturalizou as desigualdades estruturais. No Brasil contemporâneo, esse legado se reflete na brutalidade dos feminicídios e na expectativa de vida alarmante da população trans e travesti, principalmente nas vidas de mulheres trans e travestis negras, conforme apontado pela Antra (Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis, 2024).

Assim como a caça às bruxas operou sob um regime midiático para instaurar uma psicose coletiva, as violências contemporâneas contra corpos dissidentes utilizam novas tecnologias e seus aparatos para propagar discursos de ódio. Melo (2016) destaca como o ativismo trans online enfrenta uma violência simbólica que reforça e legitima homicídios. Sob a lógica neoliberal, reafirma-se a hegemonia cis-heteronormativa, que coloca os indivíduos em conformidade com a norma, reafirmando um lugar de privilégio social (Melo, 2016).

Paul Preciado (2020) identifica, no movimento dos "novos hereges" e "indignados", ecos das lutas de bruxas e hereges históricos contra a opressão estrutural. Preciado (2020) também nos convida a pensar em identidades dissidentes como pontos de ruptura na matriz binária de gênero e sexualidade, destacando que esses corpos representam não apenas a sobrevivência, mas também a possibilidade de reconfigurar as bases do capitalismo tecnocientífico.

Ao adotar uma abordagem interdisciplinar que une história, sociologia, teoria queer e a ferramenta analítica da interseccionalidade, busca-se ir além da noção de “igualdade” para considerar a importância das ideias e da cultura nas organizações de poder (Collins, 2021). Pretende-se compreender, de modo sintetizado, como a patologização, o ódio e a perseguição de pessoas trans, enquanto corpos dissidentes, configuram-se como uma continuidade das práticas históricas de eliminação das/os/es "indesejáveis". A pesquisa procura não apenas denunciar as violências, mas também



destacar as potências que – assim como as bruxas e os hereges do passado – desafiam as estruturas de poder e propõem novos modos de vida e organização social. Desnaturalizando o processo de produção do sujeito político dos movimentos sociais, reconhecendo aqueles que se identificam no movimento social da vida, mesmo sem no entanto estarem envolvidas/os/es no cotidiano da militância (Facchini, 2012). “O indivíduo, portanto se faz diverso no processo dinâmico e contraditório de sua própria existência.” (Santos, 2023, p.28)

Este artigo, ao revisitar a genealogia das violências contra corpos dissidentes, traça paralelos entre a caça às bruxas e as práticas contemporâneas de eliminação e controle. A partir das contribuições teóricas de Federici (2023), Giddens (1992), Preciado (2019), Berenice Bento (2017), Audre Lorde (2019), e outros autores fundamentais, para articular como gênero, sexualidade, raça e classe se entrelaçam para perpetuação das opressões. Analisam-se dados sobre a violência transfóbica no Brasil, investigando os papéis do Estado e da sociedade civil tanto na manutenção dessas violências quanto na criação de estratégias de resistência, contemplando a realidade em sua totalidade, dando relevância a análise do racismo, heterossexismo e heteropatriarcado (Santos, 2023). “É em um contexto histórico em uma sociedade capitalista que vai se movimentar e fomentar as travessias das individualidades em cada tempo histórico.” (Duarte, Santos et. al, 2023, p. 28).

## **METODOLOGIA**

Este artigo, ao revisitar a genealogia das violências contra corpos dissidentes, traça paralelos entre a caça às bruxas e as práticas contemporâneas de eliminação e controle. A partir das contribuições teóricas de Federici (2023), Giddens (1992), Preciado (2019), Berenice Bento (2017), Audre Lorde (2019), e outros autores fundamentais, para articular como gênero, sexualidade, raça e classe se entrelaçam para perpetuação das opressões. Analisam-se dados sobre a violência transfóbica no Brasil, investigando os papéis do Estado e da sociedade civil tanto na manutenção dessas violências quanto na criação de estratégias de resistência, contemplando a realidade em



sua totalidade, dando relevância a análise do racismo, heterossexismo e heteropatriarcado (Santos, 2023). "É em um contexto histórico em uma sociedade capitalista que vai se movimentar e fomentar as travessias das individualidades em cada tempo histórico." (Duarte, Santos et. al, 2023, p. 28).

## REFERENCIAL TEÓRICO

### I Caça às bruxas

Partimos da revisão literária *O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos, e Acumulação Primitiva* de Silvia Federici (2023), filósofa, feminista, norte americana, para manifestar o acontecimento da grande caça às bruxas na Europa. Este foi um marco na revolução feminista, um dos eventos mais importantes da sociedade capitalista na formação do proletariado moderno. Era utilizado como marcador o "pecado original" no processo de degradação social que as mulheres e pessoas dissidentes sofreram com a chegada do capitalismo e ainda sofrem com a produção neoliberal. Tal processo aprofundou a divisão binária entre homens e mulheres, refletindo no contemporâneo a partir das práticas de perseguições do gênero (Federici, 2023). Nos movimentos sociais, os/as/es sujeitos/as/es políticos vêm se reconhecendo com as bruxas e as/os/es hereges, que desafiaram todas as estruturas de poder em sua época..

Após meados do século XVI, regulada pelo Estado, a caça às bruxas intensificou-se, revelando a construção de gênero como um campo de disputa de poder (Federici, 2023). O corpo estranho, frequentemente visto através de uma lente do desvio, reforça discriminações e preconceitos sociais (Spargo, 2017), resultando em formas de controle da sexualidade e da reprodução, moldando corpos normativos e submetendo-os a um rigoroso controle social, levando frequentemente à marginalização e à estigmatização. A caça às bruxas, portanto, não foi apenas um episódio histórico, mas a construção permanente de um mecanismo de controle social que contribuiu para a hierarquia de gênero e para a perpetuação de desigualdades no processo capitalista. "(...)



a acumulação primitiva pode ser entendida como a simbiose entre capitalismo, colonialismo, racismo e patriarcado." (Marinho, 2020, p. 90)

Somente se caça quem está viva. A permanência da caça às bruxas se estabelece não somente por ser estruturalmente necessária à dinâmica capitalista patriarcal, mas porque ainda se apresenta como estratégia de dominação e supremacia masculina para minar as formas de luta e resistência e o poder e a autonomia de mulheres, incluindo as mulheres trans. (Marinho, p. 98, 2020)

A caça às bruxas foi a primeira perseguição que utilizou a multimídia (Federici, 2023) com objetivo de gerar psicose em massa entre a população, através de panfletos<sup>3</sup>. Melo (2016) reitera uma forma semelhante de agressões a partir de discursos que deslegitimam sujeitos "fora da norma" no contexto das experiências de ativismo on-line por pessoas trans, uma violência autorizada que estimula o aumento na estatística de homicídios e diversos crimes contra pessoas trans no Brasil.

Federici (2023) cita uma gama estruturada de agentes de vigilância em cooperação e organização com o Estado, como juízes, demonólogos, a ciência e a arte. O poder disciplinar, descrito por Foucault (1994, apud Spargo, 2017), permeia as instituições sociais em sua formação e totalidade, moldando os corpos e os comportamentos de seus "usuários". As escolas, os hospitais e as prisões tornaram-se espaços de controle e vigilância, onde as normas de sexualidade são internalizadas em toda a sua estrutura. Para Foucault (1994, apud Garcia, 2020), o século XIX é marcado pela construção social em torno do sexo feminino, sendo que, até então, apenas um modelo existia: o masculino. A herança grega fez predominar o sexo biológico, enquanto o gênero se apresentava em apenas duas possibilidades (Garcia, 2020).

---

<sup>3</sup> “Essa estratégia de imposição do medo à população torna-se tão mais sofisticada quanto cruel quando se atualiza nos programas televisivos. Com o recurso da imagem, diversos programas, e especialmente os policiais, não só narram episódios isolados e grotescos de violência como exploram imagens sanguinolentas, investindo incisivamente em uma via de mão dupla: por um lado, na criação da sensação de que a próxima pessoa a experienciar a violência será o espectador, sempre na condição de vítima; e por outro, na da pessoa exposta ali como criminoso, configurando-a como inimiga, ‘lixo da humanidade’.” (Cruz, 2017, p.247)



A partir do surgimento do Estado moderno e de suas instituições, a diferença tornou-se um meio de hierarquizar a vida, utilizando-se de normas médicas e estatais. Todos os corpos dissidentes que fogem da "compulsão burocrática institucional, se afastam da norma, se desviam do caminho normal" (Garcia, 2020, p. 327) são tratados por meio da patologização e da anormalidade. Com a "teoria da hierarquização das raças", definida pelo capitalismo em seu projeto liberal, ocorre a implantação de uma pedagogia do ódio, que controla a sociedade não pela consciência ou ideologia, mas no corpo e por meio do corpo (Garcia, 2020).

Se considerarmos o contexto histórico no qual se produziu a caça às bruxas, o gênero e a classe dos acusados, bem como os efeitos da perseguição, podemos concluir que a caça às bruxas na Europa foi um ataque à resistência que as mulheres apresentaram contra a difusão das relações capitalistas e o poder que obtiveram em virtude de sua sexualidade, de seu controle sobre a reprodução e de sua capacidade de cura. (Marinho, 2020, p. 305)

Ao nos depararmos com o tecido social no Brasil e a eliminação diária de corpos e vidas de mulheres, o feminicídio é frequentemente lembrado pelos jornais e recebe atenção pública no âmbito legislativo, executivo e judiciário (Marinho, 2020). Em relação às mulheres trans e travestis, a realidade é ainda mais complexa e violadora de direitos. Diante da ausência de mapeamento da violência transfóbica e do enfrentamento pelo Estado, outros movimentos têm se responsabilizado por mapear e monitorar os homicídios de pessoas trans no país que mais mata pessoas trans e travestis pelo 15º ano consecutivo (Antra, 2024). Segundo dados, a expectativa média para mulheres trans e travestis assassinadas é de 35 anos de idade, entre 2017 e 2023, a média de pessoas trans negras assassinadas foi de 78,7% , denunciando o cenário de violência, violações de direitos humanos e falta atuação por parte do Estado para com a situação das pessoas trans e travestis negras no Brasil (Antra, 2024).

(...) a Rede Nacional de Pessoas Trans no Brasil (Rede Trans Brasil), a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBET) e o recente Observatório da Violência contra Pessoas Trans na América Latina e Caribe (Observatório LAC) vêm realizando o mapeamento e o monitoramento de homicídios de pessoas trans no País, por meio de um esforço de levantamento de dados hemerográficos." (Marinho, p. 94, 2020)



Os mapas de violência são produzidos como forma de denúncia de um conjunto de ações e omissões estatais, motivadas pelo ódio, que geram diversos tipos de violências e mortes. O Brasil é apontado como o país que mais mata pessoas LGBTQIAPNB+ no mundo, à frente de países onde gênero e sexualidades dissidentes são criminalizados, conforme destaca a Transgender Europe em seu relatório anual (Marinho, 2020). A Antra - Associação Nacional de Travestis e Transexuais desempenha um papel relevante na luta contra as violações de direitos desse grupo, produzindo dados sobre as violências cometidas no *Dossiê: Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras*, divulgado anualmente (Marinho, 2020).

## II A invenção da sexualidade

Em *A Transformação da Intimidade*, Anthony Giddens (1992), sociólogo britânico, apresenta a civilização como uma forma de disciplina, implicando no controle dos impulsos da vida social moderna, vinculado a uma ascensão do "poder disciplinar", "característico da prisão e do asilo, mas também de outras organizações, tais como empresas comerciais, escolas ou hospitais" (Giddens, 1992, p. 27). Esse poder disciplinar controla e regula, atuando diretamente sobre os impulsos do desejo (Giddens, 1992). Para Giddens (1992), as "perversões" passam a ser catalogadas por psiquiatras, médicos e outros profissionais como formas diversas de aberração sexual, abertas à exibição pública e "transformadas em princípios de classificação da conduta, da personalidade e da autoidentidade" (Giddens, 1992, p. 28). Segundo Giddens (1992), a sexualidade torna-se fundamental na modernidade para o "regime da verdade", como se esse "segredo" revelasse a "verdade" sobre a identidade de um indivíduo.

No século XIX, o estudo e a criação de discursos sobre o sexo levaram ao desenvolvimento de vários contextos de poder e de conhecimento. Um deles dizia respeito às mulheres. A sexualidade feminina foi reconhecida e imediatamente reprimida tratada como a origem patológica da histeria. (Giddens, 1992, p. 31)

A invenção da sexualidade foi parte de um processo que envolveu a formação e consolidação das instituições sociais modernas. Os estados e organizações modernas



dependem do controle populacional ao longo do tempo e do espaço, um controle gerado pelo desenvolvimento da "anatomopolítica do corpo humano", uma tecnologia que surge com o objetivo de controlar, ajustar e otimizar todos os corpos (Giddens, 1992). Esse processo pressupõe a descoberta da identidade, a separação do "abjeto" e a busca pela verdade por meio da ciência psicológica ou psicanalítica, um movimento associado a uma visão clássica da cristandade voltada para o "culto do eu" (Giddens, 1992).

A sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontram ou não uma liberação direta. (Giddens, 1992, p. 33)

### III O "terceiro" sexo

A teoria queer desempenha um papel importante na produção contemporânea da ciência e nos movimentos políticos e sociais, ao realocar as narrativas de nossas histórias, rompendo com categorias cis-heteronormativas e defendendo o reconhecimento da identidade de gênero. Ela enfatiza a influência fundamental de Foucault sobre poder e identidade, sendo essencial para compreender a teoria queer e a instabilidade da natureza construída de nossas identidades (Spargo, 2017). Foucault complementa (2005, apud Santos, 2015, p. 38): "Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos."

Paul Preciado (2020), filósofo transmasculino espanhol, traz em *Um Apartamento em Urano: Crônicas da Travessia* a compreensão de Federici sobre o cercamento das formas de vida e das relações coletivas que levaram ao capitalismo no século XV. Esse processo incluiu a guerra, a perseguição às bruxas, os massacres, a desvalorização do trabalho das mulheres e a criação da ideologia de raça (Preciado, 2020).

Diante da crescente quantidade de cercamentos neoliberais, o movimento social dos "novos hereges" ou "indignados" se destaca como um gesto político ao ocupar espaços públicos, praças e fóruns de gestão coletiva (Preciado, 2020). Karl Heinrich



Ulrichs (1864, apud Preciado, 2020) criou o termo "uranista" para descrever o que ele denominou de "terceiro sexo", segmentando a alma do corpo. Na epistemologia binária, essa ideia acabaria por reproduzir a perspectiva dual da diferença sexual, segundo a qual existem apenas duas opções: masculino e feminino (Preciado, 2020).

O século XIX trouxe um movimento central que instituiu uma nova realidade para os sujeitos "homossexuais". A partir da definição da heterossexualidade como conduta sexual normal, foram criadas classificações que chegam até os dias atuais, colocando os homossexuais no campo da "desrazão", sendo condenados à internação psiquiátrica e vistos como loucos (Santos, 2015).

Desde a tenra idade somos socializados com um vocabulário amplo para designação daqueles que "destoam" da norma sexual. Alguns termos desse repertório são facilmente identificáveis: "veado", "bicha", "boiola", "baitola", "gay", "mariquinha", "bichinha", "mulherzinha", "sodomita", "pederasta", "homossexual masculino", "invertido", "traveco", "trava", "sapatão", "lésbica", "sapa", "sapata", "caminhoneira", "homossexual feminina", "bofinho", "femme". (Santos, 2015, p. 40)

Quando a "homossexualidade"<sup>4</sup> se perde de vista nos manuais psiquiátricos, os entendimentos de "intersexualidade" e "transexualidade" surgem como novas patologias marginais a serem tratadas pela medicina, farmacologia e pela lei, não como um "regime político-visual da diferença sexual à complexidade da vida" (Preciado, 2020, p. 27). Estes não existiriam para além de uma epistemologia colonial e capitalista que vai agregar práticas sexuais reprodutivas como estratégia de gestão populacional. Demonstrado pelo CID-10 (Código internacional de doenças)<sup>5</sup>, travestis e pessoas transexuais seriam sujeitos acometidos por doenças pautadas em determinação de gênero e sexualidade baseadas em um argumento biológico e essencialista, "(...) se o

<sup>4</sup> "O homossexual masculino era associado à figura da mulher, ele, portanto, teria os mesmos 'defeitos femininos': tagarelice, indiscrição, vaidade, inconstância, duplicidade. Podendo ser identificado pela medicina, ele era passível de um tratamento, tal como outros monstros sociais." (Santos, 2015, p.42)

<sup>5</sup> "Fica estabelecido no CID-10: F64 Transtornos da identidade sexual, F64.0 Transexualismo: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado." (Santos, 2015, p. 49)



corpo do bebê não se adapta aos critérios visuais da diferença sexual, ele será submetido a uma bateria de cirurgias de "redesignação sexual". (Preciado, 2020, p. 27)

As sociedades e suas subjetividades são formadas por uma multiplicidade de forças heterogêneas, que vêm sendo reduzidas a uma única identidade, língua, cultura e nome (Preciado, 2020). Os estados-nações, erguendo um mundo único, sem fronteiras, sustentado pela ciência, tecnologia e mercado, limitam o que é considerado um corpo humano. No entanto, esses estados vêm sendo confrontados pela reconstrução das fronteiras de raça, classe, gênero e sexualidade (Preciado, 2020). "Cada vez que a travessia é possível, o mapa de uma nova sociedade começa a ser desenhado, com novas formas de produção e de reprodução da vida." (Preciado, 2020, p. 32)

#### **IV “Transtorno” de gênero**

No livro *Transviadas: gênero, sexualidade e direitos humanos* a socióloga, brasileira, Berenice Bento (2017), analisa o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), publicado em 2013. Formulado por debates envolvendo especialistas, ativistas, psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, profissionais de saúde, mais especificamente acerca do capítulo sobre "Disforia de gênero" em identidades trans. Desde a primeira edição do DSM, em 1952, o manual já passou por cinco revisões, e observa-se um aumento considerável de doenças diagnosticadas como "transtorno mental", com uma legislação robusta e influência direta da indústria farmacêutica (Bento, 2017).

A falta de acesso na saúde pública define o processo de discussão, com uma primeira grande diferença no contexto brasileiro onde o debate da despsiquiatrização e direitos à saúde das identidades trans se articulam entre movimentos sociais e o Sistema Único de Saúde (SUS), trazendo o Estado como ator central na saúde geral do cidadão (Bento, 2017). Bento (2017), nos leva a questão, os "novos sujeitos" estariam interpelados nos feminismos, movimento negro, juventude, sexualidades dissidentes, masculinidades, nas expressões de gênero trans?



Por mais que a teoria de classe social, importada dos países colonizadores, não visse as pessoas negras, elas estavam lá. Pouco a pouco, estão vindo para cá. É interessante pensar o que pode e o que não pode uma teoria e qual sua relação com os sujeitos concretos. (Bento, 2017. p. 47)

Berenice Bento (2017) critica o modo binário de pensar o mundo, que ignora aqueles que não se encaixam em nenhum dos dois lados da teoria social<sup>6</sup>. Essa lógica, presente na teoria social que orienta muitos movimentos sociais, acaba agravando as vivências de pessoas negras e mulheres, negando-lhes qualquer status de sujeito. Bento (2017) aponta que os conceitos referenciados na "binariedade" e "universalidade" produzem uma violência epistemológica sutil<sup>7</sup>, contribuindo para reproduzir invisibilidades, sobrando ao esquema analítico e político os "seres abjetos". Segundo a autora, "os discursos universalistas têm em comum a produção de um outro pelo esvaziamento das singularidades" (Bento, 2017, p. 47). Essa abordagem, longe de incluir, apaga as diferenças que tornam cada sujeito único.

Uma ciência que se apropria das existências alheias como "objetos de pesquisa", buscando tipos, padrões, identidades, fragmentos de vida, têm uma relação com o estímulo, infantilizando e a patologizando vivências "abjetas" (Bento, 2017). Para Bento (2017) qualificar é, ao mesmo tempo, rejeitar corpos que não se adequam aos seus esquemas conceituais — a ciência fracassa em reconhecer a complexidade da existência humana. Bento (2017) observa que, diante dessa limitação, a linguagem entra em colapso, o nojo e a violência se instauram na falta de "texto" para descrever essas vidas. Ela destaca termos como "eugenia", "raça superior", "limpeza racial", que passam a compor a linguagem universal sobre questões raciais e étnicas após a Segunda Guerra Mundial, perpetuando formas de opressão (Bento, 2017).

O Brasil, visto como o país que tem o dom de conviver com as diferenças, desloca as questões raciais para outras questões, como exemplo das pessoas

<sup>6</sup> "O que se deve questionar não é a cirurgia de redesignação sexual de pessoas transgêneras, mas a cirurgia de ordem simbólica que materializa o corpo cisgênero, desde antes do nascimento do indivíduo." (Bagagli, 2014, p. – apud Mattos, 2016, p. 146).

<sup>7</sup> "O processo de naturalização desse conhecimento produz o que podemos chamar de encobrimento ideológico." (Bagagli, 2014, p. –, apud Mattos, 2016, p. 136).



LGBTQIAPNB+ (Bento, 2017). Além de sacrificar legalmente as suas vidas, o Estado se mantém omissivo em formular estratégias para se garantir o que está previsto em lei:

O “reconhecimento”, tanto na questão racial quanto na dimensão das homossexualidades e dos gêneros dissidentes (transexuais e travestis), dá-se por mecanismos de apagamento das diferenças, e não pelo reconhecimento da diferença. Ou seja, acontece via assimilação. O sujeito queer, no Brasil, não se restringe exclusivamente aos LGBTTT. São os que não conseguem se inserir completamente na categoria humanidade, tampouco usufruem da condição de cidadania plena estabelecida na lei. (Bento, 2017, p. 56)

O *Dossiê: Assassinatos e Violências contra Pessoas Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023*, elaborado pela Antra (2024), se entrelaça com as reivindicações de Bento (2017) ao evidenciar a violência estrutural que atinge as pessoas trans, particularmente travestis e mulheres trans. A Antra (2024) destaca a alta taxa de assassinatos de mulheres trans e travestis, que têm até 32 vezes mais chances de serem mortas em comparação com seus colegas transmasculinos. Estes, por sua vez, também enfrentam múltiplas violências em seu cotidiano, com alarmantes 71,9% dos respondentes do *Relatório sobre as Mortes e Violências contra Pessoas Transmasculinas em 2023* relatando que já pensaram ou tentaram cometer suicídio (Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, 2024).

Esse dado reforça a ideia de Bento (2017) de que as vidas de pessoas trans “valem muito pouco” dentro da estrutura social vigente. Sua existência é marcada pela violência de gênero, que se manifesta como uma reação de repulsa à quebra das normas binárias de gênero e também pela adesão ao feminino, gênero socialmente desvalorizado:

O feminino que seus corpos encarnam é uma impossibilidade existencial e a relação que se estabelece com eles é de abjeção. A abjeção, o nojo, aquilo que a linguagem jurídica e o mundo não alcançam, não está nos corpos das mulheres não trans, mas na existência trans. (Bento, 2017, p. 60)

A violência contra as pessoas transfemininas descrita pelo dossiê (Antra, 2024) pode ser entendida como um reflexo dessa impossibilidade social e cultural, em que corpos trans, e especialmente os corpos de pessoas transfemininas, são não apenas



desvalorizadas, mas também desumanizadas, gerando uma resposta violenta de repulsa e marginalização. O dossiê (Antra, 2024) coloca em evidência a questão da interseccionalidade, indicando que fatores como raça, classe e etnia exacerbam as dificuldades das pessoas trans, especialmente no contexto brasileiro. A violência contra mulheres trans, portanto, não é apenas uma questão de gênero, mas também uma questão racial e social.

Bento (2017), enfatiza como a identidade de gênero transgressora, ao se alinhar com o gênero "desvalorizado", leva à marginalização extrema, criticando a resposta institucional ao sofrimento destes sujeitos/as/es, com um o processo médico-psiquiátrico que condiciona os acessos aos cuidados de saúde, segurança e reconhecimento social, negando-as/os/es direitos fundamentais.

O argumento que vai condicionar o acesso ao cuidado integral da saúde de pessoas trans é o “transtorno de gênero”, considerado por Bento (2017), como um “terrorismo discursivo” que precisa ser combatido, para esvaziar a máquina produtora de “normais” e “anormais” de gênero. Bento (2017, p. 59), ao discutir o corpo trans como "a materialidade da impossibilidade de assimilação”, aponta como esses corpos desafiadores são vistos como “anômalos” em um sistema normativo que define identidades de gênero com base na genitália<sup>8</sup>.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa revelou que a população travesti e transexual enfrenta processos constantes de exclusão, violação de direitos e apagamentos históricos, especialmente no que se refere à sua relação com o Estado e com as instituições sociais. A partir das narrativas coletadas e da análise documental, emergiram categorias analíticas como: “invisibilidade institucional”, “resistência cotidiana” e “memória e ancestralidade trans”.

---

<sup>8</sup> Matriz normativa central da nossa sociedade: “a designação compulsória em termos de sexo/gênero baseada na genitália de cada pessoa que nasce, produzindo e reiterando a norma cisgênera como elemento central na organização das designações e experiências dos corpos.” (Mattos, 2016, p144)



Essas categorias evidenciam como os corpos dissidentes são sistematicamente marginalizados, ao mesmo tempo em que produzem estratégias de resistência e reconstrução de suas identidades. A discussão, ancorada em autores como Paul Preciado, Audre Lorde e Michel Foucault, aponta que os dispositivos de poder agem para controlar e patologizar as existências trans, mas também abre espaço para agenciamentos políticos e afetivos que contestam esse regime normativo.

A análise mostra ainda que os espaços de acolhimento e organização coletiva – como movimentos sociais, casas de acolhimento e redes de apoio – funcionam como núcleos de produção de subjetividade e cidadania. A criatividade e inovação das discussões residem justamente na articulação entre vivência e teoria, revelando a potência dos saberes trans e travestis na luta por direitos e reconhecimento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais, pretendo trazer algumas questões do campo e da arena (Facchini, 2012) para ilustrar represálias contra o corpo dissidente, em contraposto, ao desenvolvimento de sonhos, para imaginar novos mundos e esvaziar a produção do que é anormal (Bento, 2017). Nossos corpos são construídos em uma dimensão de possibilidades de construção, ainda que as sociedades estejam organizadas em uma divisão binária de gênero, o corpo enquanto construção política também é parte desta realidade que trabalha com a produção humana, sendo necessário trazer o debate para a dimensão da cultura (Santos, 2015).

Enquanto a população trans no mundo e mais especificamente no Brasil, sobrevive a inúmeros transtornos psicológicos<sup>9</sup>, as instituições de forma lenta começam a se questionar em relação aos danos psicológicos, e inúmeras violências e violações de direitos acometidos às pessoas trans. Em 2014, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Federal de Psicologia (CFP) lançou uma campanha em apoio a

---

<sup>9</sup> “Não vou dizer que não tenho medo de sair e não voltar viva, porque essa é a realidade de quase todos os transexuais e travestis no Brasil.” Essa frase é de Maria Fernanda Ribeiro Pereira, mulher travesti que desde a infância vive o desafio de assumir sua identidade de gênero em um dos países que mais matam travestis e transexuais no mundo. (Lourenço, 2021)



despatologização das identidades trans e travestis, e desde o ano de 2009, a Campanha Internacional “Stop Trans Pathologization” (STP) convoca ações para despatologização trans em diversas e simultâneas cidades no mundo (CFP, 2015). O Supremo Tribunal Federal do Brasil (STF), somente em 2021, avalia o uso do termo “parturiente” para se referir a homens trans, transmasculines, que deram à luz, e eram expedidos dos hospitais com documentos executados de forma transfóbica e violenta após o momento do parto (Netto, 2021). Outra medida em destaque que pode ser determinada pelo STF, é que escolas devem combater discriminações por orientação sexual<sup>10</sup>, embate constante que vem desestimulando professores que tem o intuito de ensinar e combater o bullying, a discriminação machista e LGBTQIAPNB+fóbicas em sala de aula (Fernandes, 2024). Para além lidam com a repressão de lógicas binárias, cishéteronormativas da instituição escolar e de familiares.

Acerca da visibilidade que nos torna expostas/os/es, Audre Lorde (2019) nos desperta para nossa maior fortaleza, a fala, numa realidade em que a máquina irá nos triturar de qualquer forma e o medo permanecerá presente, não podemos nos afastar em silêncio. Segundo Lorde (2019) se o nosso avanço faz com que não reconheçamos o que temos em comum com a diversidade das lutas das mulheridades: da mulher lésbica que não quer ter filhos, a que fica no armário para não sofrer violência em uma comunidade homofóbica que é sua única fonte de apoio, e das que escolhem o silêncio ao invés da morte, então estaremos contribuindo para opressão delas e para a nossa. Temos o dever de contribuir para um empoderamento mútuo (Lorde, 2019).

Nós usamos todas as forças que conquistamos incluindo a raiva, para nos ajudar a definir e dar forma a um mundo onde todas as nossas irmãs possam crescer onde todas as crianças possam amar e onde o poder de tocar e conhecer as diferenças e as maravilhas de outra mulher irá, mais dia, menos dia, transcender a necessidade de destruição. (Lorde, 2019, p.170)

Destaca-se a necessidade de destruir relações que sustentam a servidão, "mera aparência de vida que pensa apenas em evitar a morte." (Deleuze, 2002, p. 32, apud Sawaia, 2009, p. 366). Os afetos são condições fundamentais do ser e do existir,

<sup>10</sup> Chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação contra lei de Campos dos Goytacazes (RJ) que permite aos pais proibir a participação de seus filhos em atividades pedagógicas relacionadas a questões de gênero nas escolas públicas e privadas (Cordeiro, 2024).



colocando em evidência a imaginação como produtora de realidade, o desejo, agindo no sofrimento ético-político juntamente com a alegria e a paixão. Em contraposto, os afetos do medo e a loucura servem de sustentação para tiranias, fazendo com que o indivíduo não se reconheça no poder externo que o domina (Sawaia, 2009).

Para Sawaia (2009), além do medo, a emoção e a criatividade vão ser dimensões ético-políticas de ação transformadora, de superação da desigualdade, e singular na política emancipadora, o sofrimento vai existir, mas também "(...) o extraordinário do ser humano, a vontade de ser feliz e recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta." (Sawaia, 2009, p. 364). A visibilidade vai acontecer através de um projeto de autonomia da condição de incapacidade e subalternidade na qual a perspectiva psicopatológica tenta aprisionar as pessoas trans (Mattos, 2016).



Figura 1<sup>11</sup>: Exposição Munguengue - O futuro é dos crias (Globo, 2024).

A esperança que estimula a vivência e a experiência de corpos dissidentes, é que possamos ter uma vida plena e sã, vivida como uma obra de arte viva, que cria novos modos de existência em pluralidade. Para assim, romper com os terrorismos do capacitismo, sexismo, classistas, machistas, racistas, transfóbicos e coloniais, construindo um mundo onde a diversidade não seja apenas acolhida, mas também celebrada como ação de uma força transformadora, a resistência se torne uma base, e a

<sup>11</sup> Zayre Kaus, transmasculino, conhecido na cena artística como Exu do Morro, produz sua arte inspirado na sua ancestralidade, na sua comunidade e na sua família trans. "A arte é o que eu sou, tal qual a minha espiritualidade, tal qual meu gênero. Não tem como desistir" (Muniz, 20–, p.n.)



diferença seja reconhecida como potência criativa e emancipadora para todos os corpos (Moreira et al, 2024).

## REFERÊNCIAS

ANTRA - Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. Antra Brasil Org. Brasília DF: Distrito Drag, 2024.

BENTO, Berenice. *Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: Edufba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. Dia internacional pela despatologização das Identidades Trans. Notícias CFP, 2015. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/dia-internacional-pela-despatologizacao-das-identidades-trans/>. Acesso em: 06 dez. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *INTERSECCIONALIDADE*. São Paulo : Boitempo, 2020. Disponível em: [http://www.ser.puc-rio.br/2\\_COLLINS.pdf](http://www.ser.puc-rio.br/2_COLLINS.pdf). Acesso em: 26 dez. 2024.

CORDEIRO, Edilene. Associação questiona lei de Campos dos Goytacazes (RJ) que restringe abordagem de questões de gênero nas escolas. Notícias STF, 2024. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/associacao-questiona-lei-de-campos-dos-goytacazes-rj-que-restringe-abordagem-de-questoes-de-genero-nas-escolas/>. Acesso em: 08 dez. 2024.

CRUZ, Ana Vlândia H. *A Ditadura que se Perpetua: Direitos Humanos e a Militarização da Questão Social*. Psicologia: Ciência e Profissão 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/VV6DvqFf4XtkDvH86BcXvVN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2024.

DUARTE, Marco José de O; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos [et. al]. *Sexualidades & Serviço Social: perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF/ Selo Serviço Social, 2023. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/SEXUALIDADES\\_\\_SERVICO\\_SOCIAL\\_EDUFJF\\_SELO\\_S\\_SOCIAL\\_2023.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SEXUALIDADES__SERVICO_SOCIAL_EDUFJF_SELO_S_SOCIAL_2023.pdf). Acesso em: 20 dez. 2024.

FACCHINI, Regina. *Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro*. Bagoas - Estudos gays: gêneros e



sexualidades, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>. Acesso em: 26 dez. 2024.

FERNANDES, Aline. STF determina que escolas devem combater discriminação por orientação sexual. CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-determina-que-escolas-devem-combater-discriminacao-por-orientacao-sexual-saiba-como/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

FEDERICI, Silvia. O Calibã e a bruxa: *Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GARCIA, Cristina C. Capitalismo e razão neoliberal: *ódio colonial e extermínio de travestis e transexuais no Brasil*. São Paulo: PUC-SP, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qqQVBMm8rxh4k3JRVnfxMPG/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: *Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidade. Relatório das mortes e violências contra as transmasculinidades em 2023. Curitiba-PR, 2024. Disponível em: <https://www.ibratnacional.com/portfolio-collections/pesquisas/a-dor-e-as-delicias-1-1-1-1>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LINN DA QUEBRADA. Oração. Showlivre, 2019. 6 min. Disponível em: <https://filmow.com/linn-da-quebrada-oracao-t296993/ficha-tecnica/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LOURENÇO, Tainá. Além da discriminação e violência, população trans sobrevive aos transtornos psicológicos. Ribeirão Preto: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/alem-da-discriminacao-e-violencia-populacao-trans-sobrevive-aos-transtornos-psicologicos/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. 1ª edição, Belo Horizonte: Autêntica editora, 2019.

MARINHO, Silvana. Mulheres trans, violência de gênero e permanente caça às bruxas. Argum. Vitória, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31355>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MATTOS, Amana Rocha. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: *lições tomadas do transfeminismo*. Revista Periódicos, UFBA, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/17181>. Acesso em: 06 dez. 2024.

MELO, Késia Maria M. de. “CONSCIÊNCIA, NEWS E GLAMOUR”: *A internet como espaço alternativo de sociabilidade e ativismo entre pessoas trans*. Marília: Repositório



Unesp, 2016. Disponível em:  
<https://repositorio.unesp.br/items/16dfbc47-0cd8-4621-bea3-eada31c915e6>. Acesso em:  
16 jun. 2024.

MOREIRA, Reginaldo et al. Quando corpos dissidentes proclamam seus lugares como corpos diz-sonantes. *Ciência e saúde coletiva*, 2024. Disponível em:

MUNIZ, Livia. Exu do Morro: Zayre Kaus e a arte dos corpos transmasculinos. *Revista Híbrida*, 20–. Disponível em:  
<https://revistahibrida.com.br/revista/edicao-9-ascensao/perfil-zayre-kaus/>. Acesso em:  
27 dez. 2024.

NETTO, Paulo R. Entenda: STF decide sobre uso de termos inclusivos para pessoas trans em declaração de nascimento. *Notícias STF*, 2024. Disponível em:  
<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/entenda-stf-decide-sobre-uso-de-terminos-inclusivo-s-para-pessoas-trans-em-declaracao-de-nascimento-do-sus/>. Acesso em: 26 dez. 2024.

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: Crônicas da travessia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SANTOS, Rafael França G dos. *As aparências enganam?: a arte do fazer-se travesti*. Curitiba: Appris, 2015.

SAWAIA, Bader Burihan. *Psicologia e desigualdade social: Uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. Psicologia e Sociedade, PUC-SP, 2009. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtpr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2024.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a Teoria Queer: seguido de Ágape e êxtase*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Figura I. 'Exposição Munguengue - O Futuro é dos Crias', no Prédio Multiuso do Parque Madureira. Reimpressa de "Exposição 'Munguengue – O Futuro é dos Crias' leva arte dos subúrbios ao Parque de Madureira", por Beatriz Orle. 2024, O Globo, cultura. Disponível em:  
<https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2024/06/06/exposicao-munguengue-o-futuro-o-e-dos-crias-leva-arte-dos-suburbios-ao-parque-de-madureira.ghtml>. Acesso em: 27 dez. 2024.